



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe - 04/08/2016

SUBVENÇÕES

TJ decide que deputados responderão criminalmente

Os deputados afastados Augusto Bezerra (DEM) e Paulinho das Varzinhas (PTdoB) vão responder a processo criminal sobre o caso que envolve o uso indevido das verbas de subvenção. A decisão foi tomada ontem 03, pelo Pleno do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ/SE) que acolheu denúncia do Ministério Público Estadual (MPE) contra os parlamentares e mais oito pessoas. Conforme a decisão, os denunciados irão responder por peculato, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Para o advogado dos deputados, Aurélio Belém, a decisão é o início de um processo longo e complexo, que começou ontem e não tem data para acabar. A questão do afastamento dos dois deputados foi um dos pontos de destaque abordados pela defesa durante o julgamento. “Acho que conseguimos provocar uma reflexão e ficou decidido que o processo de afastamento seria

retirado da pauta. E será trazido para uma nova sessão”, reforçou.

• Associação Amanova

Além dos deputados Augusto Bezerra (DEM) e Paulinho das Varzinhas (PTdoB), a decisão do TJ também inclui mais oito pessoas envolvidas com o processo das subvenções. Entre elas, assessores parlamentares e representantes da Associação Amanova.

A defesa feita pelo advogado Valter Neto esclarece que os clientes podem ser presos caso já sejam condenados em primeiro grau, sem direito a responder em segundo grau. Porém, Valter Neto diz que se isso acontecer, vai recorrer.

• Entenda

Investigado pela Procuradoria Regional Eleitoral (PRE) do Ministério Público Federal

(MPF), pela Polícia Civil e Ministério Público Estadual (MPE), o caso das subvenções traz à tona o suposto repasse irregular no uso das verbas de subvenções, ocasião em que alguns deputados estaduais estariam desviando verbas de subvenções que deveriam ser destinadas a instituições filantrópicas para benefícios em campanhas políticas.

Segundo levantamento da Procuradoria, foi identificado um desvio de cerca de R\$ 12 milhões. Em dezembro de 2014, a PRE ajuizou 25 ações contra 23 deputados da legislatura vigente à época e uma ex-deputada.

• Desvio milionário

O Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária (Deotap) reforçou que “as provas mostram claramente que houve um desvio milionário de dinheiro e o que estiver ao alcance da Polícia Civil, todas as providências para apurar as evidências deverão ser efetivadas”.